



Palestra Nacional

**PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE  
CERTA/PNAIC NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:  
AVALIAÇÃO E QUALIDADE DE UMA VIVÊNCIA**

Amanda Czernisz Barbosa – SEMEC/CG\*  
Regina Aparecida Marques de Souza - UFMS \*\*

**Resumo:** O artigo tem por objetivo apresentar a avaliação das ações de formação do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC, da vivência no estado de Mato Grosso do Sul, a partir dos dados coletados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle/SIMEC/MEC. Cabe destacar que o programa PNAIC foi uma iniciativa do Ministério da Educação/MEC, no governo Dilma Rousseff que coordenou a execução financeira do programa junto às universidades públicas brasileiras. No estado de Mato Grosso do Sul/MS a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS foi a responsável pela formação, acompanhamento e avaliação do referido programa nos anos de 2013 a 2017. Para este momento vamos apresentar os resultados das avaliações que foram respondidas por professoras(es) alfabetizadoras(es) na perspectiva de analisar os dados sob a luz do referencial da teoria histórico-cultural. Os resultados evidenciam as ações das(os) professoras(es) alfabetizadoras(es) no estado de MS a busca pela qualidade da alfabetização das crianças de seis a oito anos de idade.

**Palavras-chave:** Alfabetização. PNAIC. Avaliação. Vivência.

## **Introdução**

O presente artigo faz referência à palestra “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC no estado de Mato Grosso do Sul: Avaliação e Qualidade de uma Vivência”, que responde a um convite para elaboração de um trabalho que pudesse apresentar as vivências de um programa de governo que foi realizado sob a coordenação de uma instituição pública de ensino superior junto à educação básica, na perspectiva de fomentar uma avaliação, mesmo que em seus primórdios, de um estado da região Centro-Oeste do país.

A experiência vivenciada na região Centro-Oeste, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul teve sua proposta subsidiada nos pressupostos da teoria histórico-cultural de Vigotski, teoria estudada nas formações dos orientadores(as) de estudo que organizavam as

\* Mestre em Educação e pedagoga pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Técnica da área de alfabetização na Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, MS. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem, Educação e Infância – Teoria Histórico-Cultural/GEPLI-THC/UFMS/CNPq.

\*\* Professora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas. Doutora em Educação, com Pós-Doutorado pela Universidade de Évora e Universidade Estadual paulista/UNESP, campus de Marília. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem, Educação e Infância – Teoria Histórico-Cultural/GEPLI-THC/UFMS/CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4732-9650>.



formações nos 79 municípios do referido estado para os(as) professores(as) alfabetizadores(as). Destacamos que as autoras do texto vivenciaram ativamente todo o processo, a primeira como coordenadora geral e a segunda como supervisora.

O presente texto apresenta recortes da pesquisa realizada por Barbosa (2016), sob a orientação de Souza. Assim, enfatizamos que a implantação de propostas de formação continuada de professores/as alfabetizadores/as começa a ganhar destaque no Brasil a partir do ano de 2003, no entanto historicamente encontramos iniciativas para tal formação, mas não apresentamos aqui por escolha de demarcação temporal de nosso estudo.

A perspectiva de trabalho dos últimos anos em se tratando da alfabetização das crianças do nosso país, tem se buscado a apropriação do sistema de escrita por meio do letramento em programas de formação. Nesse sentido, foram criados programas de formação continuada para inserir os/as professores/as nesta nova abordagem, principalmente a partir de resultados de avaliações em larga escala (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e Provinha Brasil) que revelam o baixo desempenho das crianças na leitura e escrita. Nessa perspectiva,

O baixo desempenho escolar, reflexões sobre a identidade profissional dos professores alfabetizadores, dentre outros aspectos, desencadearam, nas atuais políticas públicas de educação, a necessidade de atender às exigências de melhoria do aprendizado dos alunos. Para isso, eram necessárias transformações sobre as práticas pedagógicas e a mobilização de conhecimentos presentes na teoria na Educação. Significava definir o que é essencial à alfabetização das crianças das escolas públicas. Para tal, era fundamental criar uma proposta para o professor alfabetizador a partir de um processo de formação continuada, marcado com a articulação de todas as políticas do MEC, o que deflagrou uma política de Estado ainda em construção (BRASIL, 2015, p. 13).

Nesse sentido, algumas iniciativas têm sido apresentadas para compor a organização da busca pela qualidade da educação, tais como: Ensino Fundamental de 9 anos, a organização do ciclo da alfabetização e a criação de uma Rede Nacional de Formação de Professores.

A concepção do letramento passa a fazer parte das orientações oficiais do Ministério da Educação e são criados programas de formação de professores/as que institucionalizassem este conceito, como o Programa Pró-letramento e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Consonante a isso, temos a publicação das 5 metas do Todos pela Educação, Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que estabelece, na meta 2: Toda Criança plenamente alfabetizada até os 8 anos de idade, e o novo Plano Nacional de Educação (2014-2020) em sua meta cinco que propõe que todas as crianças estejam alfabetizadas até o terceiro ano do Ensino Fundamental (Brasil, 2014).



Com os resultados das provas externas, das discussões internacionais e das metas previstas para a alfabetização, começam a surgir no país iniciativas preocupadas com a formação do/a professor/a alfabetizador/a, como é o caso do programa Pró-letramento, que teve por objetivo oferecer uma formação continuada para professores/as dos anos iniciais do ensino fundamental, no sentido de melhorar a leitura e escrita das crianças.

Algumas universidades foram convidadas para a produção do material e formação do/a orientador/a de estudo. Por ser um curso semipresencial, este/a tem papel de tutor/a durante a realização do curso.

Gontijo (2014) faz uma comparação do programa com o método do ensino mútuo<sup>1</sup>, segundo a autora essa visão permaneceu na adesão ao Pró-letramento, uma vez que embora os/as professores/as recebessem o material do curso, a formação ficava a cargo do/a próprio/a professor/a, não havia um incentivo financeiro e ele tinha a opção de participar ou não do curso.

O curso teve duração de 8 meses, contendo 120 horas de atividades, entre encontros presenciais e atividades individuais realizadas pelo/a professor/a. Outra crítica feita ao programa, além da semelhança ao método mútuo, foi em relação às universidades parceiras. Por serem poucas participantes para atender o Brasil inteiro, não havia uma sistemática de acompanhamento. As universidades responsáveis enviavam seus/suas professores/as aos estados participantes, para ministrarem o curso de formação e retornavam ao seu local de origem sem um acompanhamento das práticas, ou mesmo do processo de continuidade da formação.

A partir da experiência do Pró-Letramento, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), surge como um compromisso formal assumido em parceria com os entes federados, união, estados, Distrito Federal e municípios visando a alfabetização plena de todas as crianças brasileiras até os oito anos de idade.

Instituído pela portaria Nº 867, de 4 de julho de 2012a, o programa teve como proposta inicial de formação a abrangência de 10 estados brasileiros, sendo os 9 estados da região nordeste e o Pará, da região norte. Nesta proposta estariam envolvidas as universidades participantes do Pró-letramento. A formação foi pensada pelo Centro de Estudos e Linguagens – CEEL da Universidade Federal de Pernambuco e teria a duração de dois anos.

<sup>1</sup>[...] ao definir o método oficial a ser utilizado nas escolas de primeiras letras (o método mútuo), estabeleceu também que os professores deveriam ser preparados para utilizá-lo, mas que a formação deveria ser feita à custa próprio professor. (GONTIJO, 2014, p. 70).



Em novembro de 2011, a proposta foi apresentada para o então Ministro da Educação que estendeu o atendimento para todo o Brasil, como uma política de formação de professores/as alfabetizadores/as das redes públicas de todo país.

Em agosto de 2012, o Ministério da Educação convidou as universidades públicas para uma primeira reunião e lançou o convite para comporem esse processo. De acordo com o Caderno de apresentação do programa:

Inicialmente foi dada prioridade aos professores que tivessem sido parceiros, como formadores das universidades responsáveis pelo Pró-Letramento em mais de um estado. Nas universidades em que não havia professores que tivessem participado do Pró-Letramento, foi realizada uma pesquisa no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq para identificação de profissionais envolvidos com a área de alfabetização e letramento. Assim, outras universidades foram incluídas após contato com a reitoria e Faculdade ou Centro de educação para indicação do professor responsável para coordenação do programa. Ao todo, em 2013, o PNAIC contou com 38 IES, sendo 32 federais e 06 estaduais. (BRASIL, 2015, p 20)

As universidades atuaram entre os anos de 2013 a 2017 como agentes responsáveis na formação de orientadores/as de estudo, no acompanhamento e avaliação do programa. Nesse contexto, o projeto de formação foi constituído pela coordenação geral, coordenação adjunta, supervisor/a, professor/a formador/a, coordenador/a local (nos municípios que aderiram), orientador/a de estudo, professor/a alfabetizador/a e as crianças do ciclo da alfabetização.

### **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC no estado de Mato Grosso do Sul: avaliação e qualidade de uma vivência**

O PNAIC se constitui com um conjunto de ações que teve como componentes: “formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; avaliações sistemáticas; gestão, controle social e mobilização” (BRASIL, 2012b, p. 5). Seu eixo principal foi a formação continuada e em serviço dos/as professores/as alfabetizadores/as.

O Programa foi lançado em novembro de 2012 pela então Presidenta da República Dilma Rousseff e suas ações de formação iniciaram no ano de 2013. No primeiro ano, os estudos se voltaram para as questões da linguagem oral e escrita, fundamentando-se em quatro princípios para o trabalho pedagógico.

Neste rol de princípios, a alfabetização passa a ganhar destaque dentro da política nacional, com a tentativa de romper as visões mecanicistas e tradicionais de ensino, para que os/as



professores/as tenham clara a concepção de alfabetização, e não sejam “[...] um reprodutor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico” (BRASIL, 2012b, p. 27).

Assim, a organização do PNAIC, constitui-se de estratégias formativas organizadas pela equipe das universidades, coordenação geral/adjunta, professores/as formadores/as e supervisores/as, para que o/a orientador/a, a partir dessas estratégias realizassem a formação dos/as professores/as alfabetizadores/as de suas redes em todas as regiões do Brasil. O ano de 2013 caracterizou-se como um ano de aprendizado e implementação do maior programa de formação de professores/as do MEC, atendendo, de acordo com o SIPACTO, 327.315 profissionais da educação em todo território nacional.

A organização da formação iniciou-se com a formação dos/as Orientadores/a de Estudo junto as Instituições de Ensino Superior nos estados brasileiros, no ano de 2013 com 6 formações que foram desenvolvidas em 200 horas de estudo e organização das formações com os/as professores/as alfabetizadores/as. As formações dos/as Orientadores/as de Estudo ficava sob a responsabilidade das universidades públicas (federais e algumas estaduais), no nosso estado, Mato Grosso do Sul a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi a instituição responsável, mas a Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS foram parceiras, tendo na equipe de trabalho professores/as como formadores/as.

Para o estudo e planejamento das ações a organização seguiu as orientações gerais do programa. Os cadernos foram divididos por ano, dessa forma cada orientador/a trabalhava com uma turma específica, sendo 1º, 2º 3º ano e educação do campo.

Os/as orientadores/as de estudo tiveram uma formação de 200 horas assim divididas:

**Quadro 1 - Organização das Formações dos/as orientadores/as - 2013**

1ª Formação de orientadores/as de Estudo – 40h	Caderno de Apresentação Caderno 1
2ª Formação de orientadores/as de Estudo –24h	Caderno 2 Caderno 3
3ª Formação de orientadores/as de Estudo –24h	Caderno 4 Caderno 5
4ª Formação de orientadores/as de Estudo –24h	Caderno 6 e 7
5ª Formação de orientadores/as de Estudo –24h	Caderno 8 e Avaliação
Seminário Final – 16h	Socialização das experiências

**Fonte:** Dados organizados pelas pesquisadoras.

Além dos encontros presenciais, os/as orientadores/as tiveram 48 horas de atividades de planejamento e estudos efetuados no seu ambiente de trabalho.

Já os/as professores/as alfabetizadores/as tiveram uma carga horária de 120 horas de formação, sendo 88 horas de atividades presenciais e 32h de outras atividades, assim distribuídas:

**Quadro 2** - Organização das formações dos/as alfabetizadores/as – 2013

<b>Unidade</b>	<b>Ano/Classe</b>	<b>Título do Caderno</b>
01 (12 horas)	1º	Currículo na alfabetização: concepções e princípios
	2º	Currículo no ciclo de alfabetização: consolidação e monitoramento do processo de ensino e de aprendizagem
	3º	Currículo inclusivo: o direito de ser alfabetizado
	Educação do Campo	Currículo no ciclo de alfabetização: perspectivas para uma educação do campo
02 (08 horas)	1º	Planejamento escolar: alfabetização e ensino da Língua Portuguesa
	2º	A organização do planejamento e da rotina no ciclo de alfabetização na perspectiva do letramento
	3º	Planejamento e organização da rotina na alfabetização
	Educação do Campo	Planejamento do ensino na perspectiva da diversidade
03 (08 horas)	1º	A aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética
	2º	A apropriação do Sistema de Escrita Alfabética e a consolidação do processo de alfabetização
	3º	O último ano do ciclo de alfabetização: consolidando os conhecimentos
	Educação do Campo	Apropriação do sistema de escrita alfabética e a consolidação do processo de alfabetização em escolas do campo
04 (12 horas)	1º	Ludicidade na sala de aula
	2º	Vamos brincar de construir as nossas e outras histórias

	3º	Vamos brincar de reinventar histórias
	Educação do Campo	Brincando na escola: o lúdico nas escolas do campo
05 (12 horas)	1º	Os diferentes textos em salas de alfabetização
	2º	O trabalho com gêneros textuais na sala de aula
	3º	O trabalho com os diferentes gêneros textuais em sala de aula: diversidade e progressão escolar andando juntas
	Educação do Campo	O trabalho com gêneros textuais em turmas multisseriadas
06 (12 horas)	1º	Planejando a alfabetização; integrando diferentes áreas do conhecimento: projetos didáticos e sequências didáticas
	2º	Planejando a alfabetização e dialogando com diferentes áreas do conhecimento
	3º	Alfabetização em foco: projetos didáticos e sequências didáticas em diálogo com os diferentes componentes curriculares
	Educação do Campo	Projetos didáticos e sequências didáticas na Educação do Campo: a alfabetização e as diferentes áreas de conhecimento
07 (08 horas)	1º	Alfabetização para todos: diferentes percursos, direitos iguais
	2º	A heterogeneidade em sala de aula e os direitos de aprendizagem no ciclo de alfabetização
	3º	A heterogeneidade em sala de Aula e a diversificação das atividades
	Educação do Campo	Alfabetização para o campo: respeito aos diferentes percursos de vida
08 (08 horas)	1º	Organização do trabalho docente para promoção da aprendizagem
	2º	Reflexões sobre a prática do professor no ciclo de alfabetização: progressão e continuidade das aprendizagens para a construção do conhecimento por todas as crianças



	3º	Progressão escolar e avaliação: o registro e a garantia de continuidade das aprendizagens no ciclo de alfabetização
	Educação do Campo	Organizando a ação didática em escolas do campo

**Fonte:** BRASIL, 2012 (p. 33).

Os cadernos acima relacionados foram trabalhados pelas 38 universidades envolvidas em todo Brasil, embora sejam cadernos para âmbito nacional, e sendo o Brasil um país de vários Brasis, tendo a participação também de uma ou mais (como foi o caso de Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul) universidade(s) envolvidas em cada estado, a participação das universidades em seu próprio estado possibilitou um trabalho com questões referentes a cada regionalidade. Aqui podemos citar as vivências da UFMS que a cada formação se organizava junto a equipe de coordenação geral/adjunta, supervisores/as e professores/as formadores/as em reuniões de estudo e planejamento das ações de formação, trabalhando com as especificidades do nosso estado, pois os cadernos eram o suporte, mas a equipe trazia as especificidades e trabalhavam articulando os conteúdos. Enfatizamos que a UFMS fez a opção de subsidiar sua formação a partir dos estudos da teoria histórico-cultural de Vigotski e seus interlocutores.

No Brasil, em 2013, tivemos mais de 327.315 (trezentos e vinte sete mil e trezentos e quinze) profissionais cadastrados/as envolvidos/as no PNAIC.

### **Quadro 3 - Situação de atendimento - 2013**

Professores/as alfabetizadores/as	<b>305.346</b>
Orientadores/as de estudo	15.637
Coordenador/a Local	5.435
Formador/a da IES	648
Supervisor/a	171
Coordenador/a adjunto	40
Coordenador/a geral	38
<b>TOTAL</b>	<b>327.315</b>

**Fonte:** Dados SIMEC/SISPACTO – Organizados pelas pesquisadoras.

No ano de 2014, a ênfase se deu na educação matemática e na continuidade dos estudos em linguagem, após debates do grupo das universidades com o Ministério da Educação, as universidades conseguiram reverter o rompimento sobre as questões da alfabetização (linguagem oral e escrita). Assim além da continuidade da Alfabetização (linguagem oral e escrita) o eixo central da Educação Matemática teve por objetivo:





[...] a resolução de situações-problema e o desenvolvimento do pensamento lógico. [...] contribuir para que a definição de direitos e objetivos de aprendizagem da Matemática tenha um rebatimento positivo na prática de ensino de matemática no Ciclo de Alfabetização (BRASIL, 2014, p. 41).

A Educação Matemática, nesse sentido, partiu de uma concepção que já trabalhada nos cadernos de linguagem, na perspectiva do letramento, na superação da “simples decodificação dos números e a resolução das quatro operações básicas.” (BRASIL, 2014, p. 5).

Com a continuidade da linguagem, a carga horária sofreu um acréscimo tanto na formação dos/as orientadores/as e como dos/as professores/as alfabetizadores/as e aumento da equipe, pois além dos/as professores/as (equipe da IES) de linguagem, teve também a presença do formador/a para a área da matemática.

A formação para os/as orientadores/as de estudo teve uma carga horária de 240 horas, sendo 192 horas presenciais distribuídas em 5 etapas, além das 48 horas de outras atividades:

**Quadro 4 - Organização das Formações dos/as orientadores/as - 2014**

1ª Formação de orientadores/as de Estudo – 40h	Caderno de Apresentação Caderno 1 Linguagem
2ª Formação de orientadores/as de Estudo –32h	Caderno 2 Caderno 3 Linguagem
3ª Formação de orientadores/as de Estudo –32h	Caderno 4 Caderno 5 Linguagem
4ª Formação de orientadores/as de Estudo –32h	Caderno 6 e 7 Linguagem
5ª Formação de orientadores/as de Estudo –32h	Caderno 8 e Avaliação Linguagem
Seminário Final – 24h	Socialização das experiências

**Fonte:** Dados organizados pelas pesquisadoras.

Já a formação dos/as professores/as alfabetizadores/as contou com uma carga horária de 160 horas, sendo 120 horas presenciais, distribuídas em 8 cadernos, 24 horas de estudos e atividades fora da sala de aula e o seminário final de socialização das experiências de 16 horas.

Diferente dos cadernos de linguagem, os cadernos da Educação Matemática não foram divididos por turmas, e foram comuns a todos/as. Foram organizados:

**Quadro 5 - Organização das formações dos/as alfabetizadores/as - 2014**

Unidade	Horas	Título Do Caderno
01	12	Organização do Trabalho Pedagógico Linguagem
02	12	Quantificação, Registros e Agrupamentos Linguagem
03	16	Construção do Sistema de Numeração Decimal Linguagem
04	16	Operações na Resolução de Problemas Linguagem
05	16	Geometria Linguagem
06	16	Grandezas e Medidas Linguagem
07	12	Educação Estatística Linguagem
08	12	Saberes Matemáticos e Outros Campos do Saber Linguagem

Fonte: BRASIL, 2014 (p. 12).

A situação de atendimento no ano de 2014, contou com 332.931 (trezentos e trinta e dois mil e novecentos e trinta e um) participantes cadastrados, conforme quadro:

**Quadro 6 - Situação de atendimento - 2014**

Professores/as alfabetizadores/as	310.863
Orientadores/as de estudo	15.092
Coordenador/a Local	5.550
Formador/a da IES	1.115
Supervisor/a	202
Coordenador/a adjunto	70
Coordenador/a geral	39
<b>TOTAL</b>	<b>332.931</b>

Fonte: Dados SIMEC/SISPACTO – Organizados pelas pesquisadoras.

Vemos nesse quantitativo, um aumento da rede de formação de professores/as alfabetizadores/as, inclusive da universidade. No entanto, não podemos deixar de destacar a rotatividade, confirmada por meio das solicitações dos municípios para troca de professores/as no sistema, que existe no ciclo da alfabetização, comprometendo a continuidade do/a professor/a alfabetizador/a durante todo curso e a qualidade das ações no interior das salas de alfabetização. De acordo com o caderno de Formação de Professores do PNAIC:

[...] os conhecimentos aos quais os professores têm acesso, por meio da formação continuada, são incorporados em função de complexos processos que não são apenas cognitivos, mas socioafetivos e culturais. Nesse sentido,



vê-se que o professor não participa dessas ações apenas se apropriando de conteúdos que são ensinados, mas ele também mobiliza os conhecimentos/ conteúdos, tendo o seu cotidiano pessoal e profissional como referência. A partir daí, torna-se necessário principalmente olhar para os professores sob o ponto de vista cultural e subjetivo. (BRASIL, 2012b, p. 12).

Nesse sentido, é importante também destacar que diferente da formação inicial, na formação continuada os/as professores/as tem a liberdade de decisão de participar ou não do curso, no entanto algumas redes obrigam a participação do/a professor/a ou torna como pré-requisito para futuras convocações. Consideramos que para que os/as professores/as possam ser agentes transformadores/as da realidade, é preciso que eles/as estejam engajados neste processo de mudança e as redes devem criar estratégias formativas para que isso aconteça.

Neste programa todos os envolvidos eram cadastrados e receberam uma senha para acesso do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC/SISPACTO. A coordenação geral do PNAIC nas universidades era responsável por gerenciar seu estado de origem, aprovando e solicitando o pagamento de bolsas. No entanto, o mais interessante para a coordenação era ter acesso aos dados cadastrais de todos os envolvidos e o caminhar das ações dos/as professores/as alfabetizadores/as. São esses dados que subsidiara a pesquisa do presente estudo.

Os números apresentados representam a quantidade de profissionais cadastrados no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Para o cadastro dos/as professores/as alfabetizadores/as bolsistas o sistema tem por base os dados do censo escolar do ano anterior. Professores/as que não foram cadastrados/as podiam participar na condição de ouvinte, mas não recebiam a bolsa de estudo, porém foram certificados pela universidade, mediante a comprovação de 75% de participação através das listas de presença dos encontros de formação.

A UFMS como responsável pela formação no estado de Mato Grosso do Sul, teve uma equipe em 2013 com 9 formadores/as de Linguagem e em 2014 com 18(9 profissionais para a formação em linguagem e 9 para Educação Matemática). A coordenação geral/adjunta e supervisores/as buscavam estratégias formativas para a realização da formação dos/as orientadores/as de estudo, por meio a construção coletiva de agendas de formação e reuniões periódicas de estudo do material do programa, além da definição de palestrantes que pudessem ampliar o repertório dos/as orientadores/as de estudo, prioritariamente professores (as) pesquisadores(as) estudiosos(as) da teoria histórico-cultural. As formações planejadas contemplavam a leitura de textos teóricos e literários; socialização das memórias dos cursistas; exibição e debate de vídeos; análises de situações de sala de aula; estudo dirigido dos textos; exposição dialogada; utilização e análise de jogos pedagógicos; análise de

seqüências didáticas, rotinas e projetos didáticos; planejamento dos encontros de formação e das aulas; espetáculo de música; contação de histórias; palestras e relatos de experiências.

A formação dos/as professores/as alfabetizadores/as seguia a mesma linha de estudo, era planejada pelo/a orientador/a de estudo nos municípios, que foi anteriormente estudada, refletida, organizada e supervisionado pelo/a formador/a da Instituição de Ensino Superior, através das formações que tinham uma carga horária superior à formação dos/as professores/as alfabetizadores/as, como mostramos, anteriormente. Cada orientador/a de estudo tinha sob sua responsabilidade no mínimo 10 e no máximo 34 professores/as alfabetizadores/as, os municípios que possuem um número menor de alfabetizadores/as em sua rede, pode realizar a formação em parceria com a rede estadual de ensino.

Na formação, o PNAIC aponta estratégias formativas que precisaram ser consideradas no planejamento dos/as orientadores/as para ao trabalho com os/as professores/as, que são: leitura deleite, tarefas de casa e escola e retomada do encontro anterior, estudo dirigido de textos, planejamento de atividades a serem realizadas nas aulas seguintes ao encontro, socialização de memórias, vídeo em debate, análise de situações de sala de aula filmadas ou registradas, análise de atividades de alunos, análise de recursos didáticos, exposição dialogada, elaboração de instrumentos de avaliação e discussão de seus resultados e avaliação da formação.

Outro componente do PNAIC foi o SISPACTO, que integrava o SIMEC – Sistema de Ações Integradas do Ministério da Educação que apresentava o panorama da alfabetização do nosso Brasil. Todos/as envolvidos/as recebera bolsa de estudo.

O/a professor/a alfabetizador/a recebeu uma bolsa de estudo no valor de R\$ 200,00, e para esse recebimento existem alguns critérios: ser professor/ regente, estar atuando no ciclo da alfabetização (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental), ter sido cadastrado/a no censo escolar do ano anterior à realização da formação do PNAIC, concordar com o termo de compromisso de recebimento de bolsas regido pela Lei nº 11.273 de 6 de fevereiro de 2006 e na Resolução que trata sobre a Formação de Professores Alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, não receber outra bolsa de agência de fomento, além de no decorrer do curso de formação realizar a avaliação complementar e preencher as atividades obrigatórias disponíveis no SISPACTO.

Os (As) professores(as) também realizavam uma avaliação complementar que tinha como ação, avaliar/comentar, por mês, o conteúdo do curso, a coordenação local, os/as orientadores/as e realizam uma autoavaliação. Nas atividades obrigatórias, eram solicitadas informações referentes às turmas de alfabetização, nos questionários os/as professores/as deveriam informar: número de alunos/as que frequentaram a creche, a pré-escola, que



recebiam Bolsa Família e se viviam na comunidade onde se localiza a escola, número de meninos e meninas da sua turma, avaliação dos conhecimentos da turma em Língua Portuguesa<sup>2</sup>, avaliação dos conhecimentos da turma em Matemática, informações sobre recebimento de materiais e criação do cantinho da leitura, frequência da utilização de os recursos didáticos sugeridos pelo PNAIC, questões sobre a Mobilização Social e Relatos de experiências.

As respostas da avaliação complementar dos/as professores/as alfabetizadores/as no sistema, permitiram visualizar o panorama da alfabetização. Como apontamos anterior, as Instituições de Ensino Superior ficaram como responsáveis pela formação, acompanhamento e avaliação do programa em seus estados. Em MS, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul atuou como agente responsável por essa formação. Em 2013, primeiro ano de implementação, o programa teve quase 100% de adesão dos municípios, exceto a cidade de Paraíso das Águas que se municipalizou após o início dos cadastros, não contabilizando na adesão dos municípios, porém, participando das atividades em um município vizinho.

Neste contexto, foram atendidos cerca de 5 mil profissionais envolvidos, conforme quadro abaixo:

**Quadro 7 - Situação de atendimento em MS - 2013**

Orientador de Estudo	226
Supervisor da IES	8
Professor Alfabetizador	4619
Coordenador Local	80
Formador da IES	9
Coordenador Adjunto da IES	1
Coordenador Geral da IES	1
<b>TOTAL</b>	<b>4944</b>

**Fonte:** Dados SIMEC/SISPACTO – Organizados pelas pesquisadoras.

Já em 2014, o número diminuiu, mas ficando ainda com um atendimento próximo ao ano anterior:

**Quadro 8 - Situação de atendimento em MS - 2014**

Orientador de Estudo	220
Supervisor da IES	10

<sup>2</sup> Os/as professores/as deveriam avaliar os seguintes conhecimentos: Escreve o próprio nome; reconhece as letras do alfabeto por seus nomes; escreve palavras com diferentes estruturas silábicas, atendendo a algumas convenções ortográficas; lê palavras formadas por diferentes estruturas silábicas; lê textos de gêneros e temáticas familiares em voz alta; compreende textos de gêneros, temáticas e vocabulários familiares; produz textos escritos de gênero, temática e vocabulário familiares; participa de situações produzindo e compreendendo textos orais de gêneros e temas familiares.

Professor Alfabetizador	4.011
Coordenador Local	80
Formador da IES	18
Coordenador Adjunto da IES	2
Coordenador Geral da IES	1
<b>TOTAL</b>	<b>4342</b>

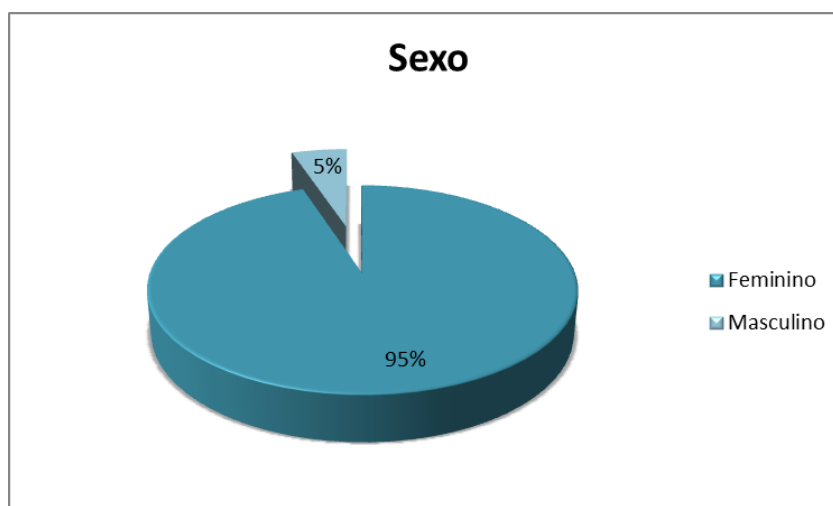
**Fonte:** Dados SIMEC/SISPACTO – Organizados pelas pesquisadoras.

Como podemos observar a diminuição do atendimento no SISPACTO centralizou nos/as professores/as alfabetizadores/as. Informações obtidas pela coordenação da rede estadual de educação do Mato Grosso do Sul, o estado diminuiu o atendimento nas salas da primeira etapa do Ensino Fundamental delegando para os municípios essa responsabilidade, prevista na LDBEN n. 9.394/1996.

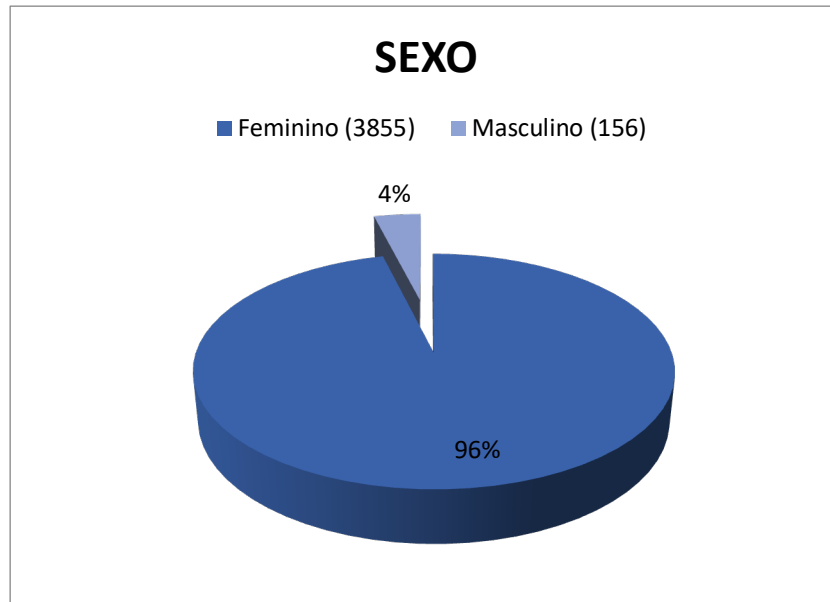
Outra justificativa, fornecida pelos municípios, foi a rotatividade de professores/as no ciclo de alfabetização por necessidade da nomeação de concursos públicos, conseqüentemente o programa não abre a possibilidade de cadastro de professores/as após a formação e fechamento de turmas no sistema, diminuindo assim o número de profissionais cadastrados/as envolvidos/as no PNAIC. Aqui destacamos que para certificação o número era sempre maior, pois a UFMS garantiu certificar todos que participaram das formações com frequência de no mínimo 75%.

Contextualizada a dimensão de atendimento de participantes no estado, situamos o perfil dos profissionais envolvidos que estão atuando no ciclo da alfabetização (1º, 2º e 3º). No ano de 2013, tivemos o seguinte panorama:

**Gráfico 1** - Situação de atendimento em MS - 2013

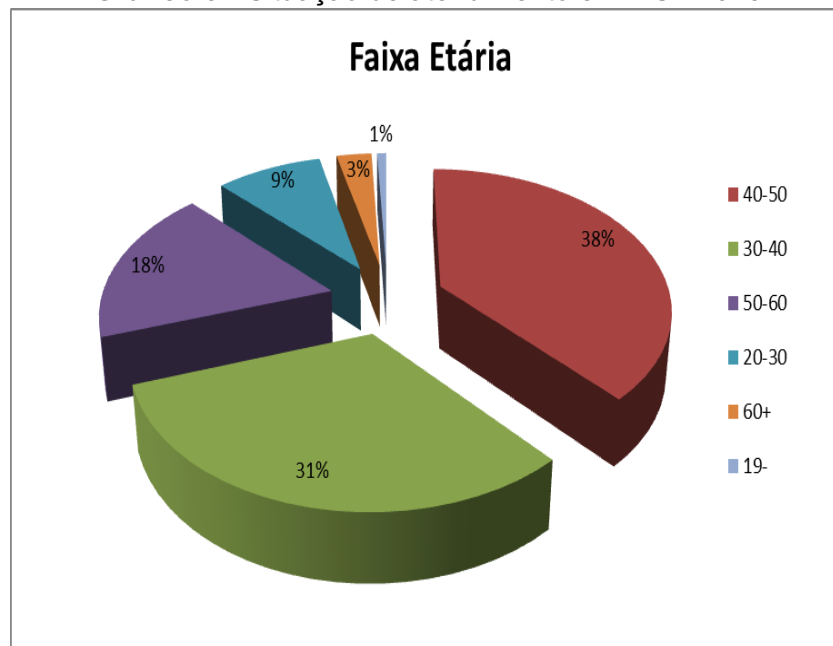


**Fonte:** Dados SIMEC/SISPACTO – Organizados pelas pesquisadoras.

**Gráfico 2 - Situação de atendimento em MS - 2014**

**Fonte:** Dados SIMEC/SISPACTO – Organizados pelas pesquisadoras.

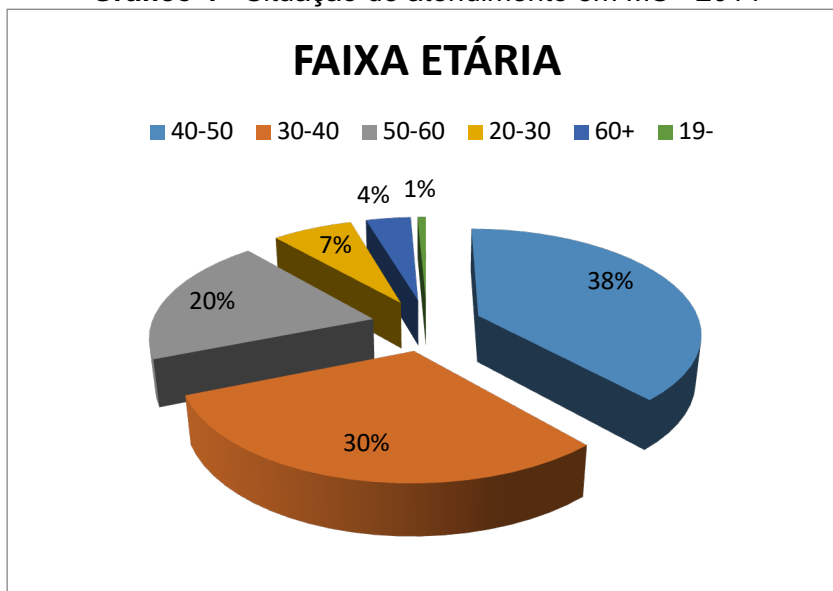
Como podemos observar na sua grande maioria temos um perfil feminino na classe de professores(as) alfabetizadores(as), podemos inclusive denominá-las no gênero feminino, pois em 2013 95% e 2014 96% do magistério alfabetizador é constituído por mulheres, uma referência ainda para o ofício maternal da educação que inicia com a educação infantil e estende-se até os anos iniciais do Ensino Fundamental/EF.

**Gráfico 3 - Situação de atendimento em MS - 2013**

**Fonte:** Dados SIMEC/SISPACTO – Organizados pelas pesquisadoras.



**Gráfico 4 - Situação de atendimento em MS - 2014**

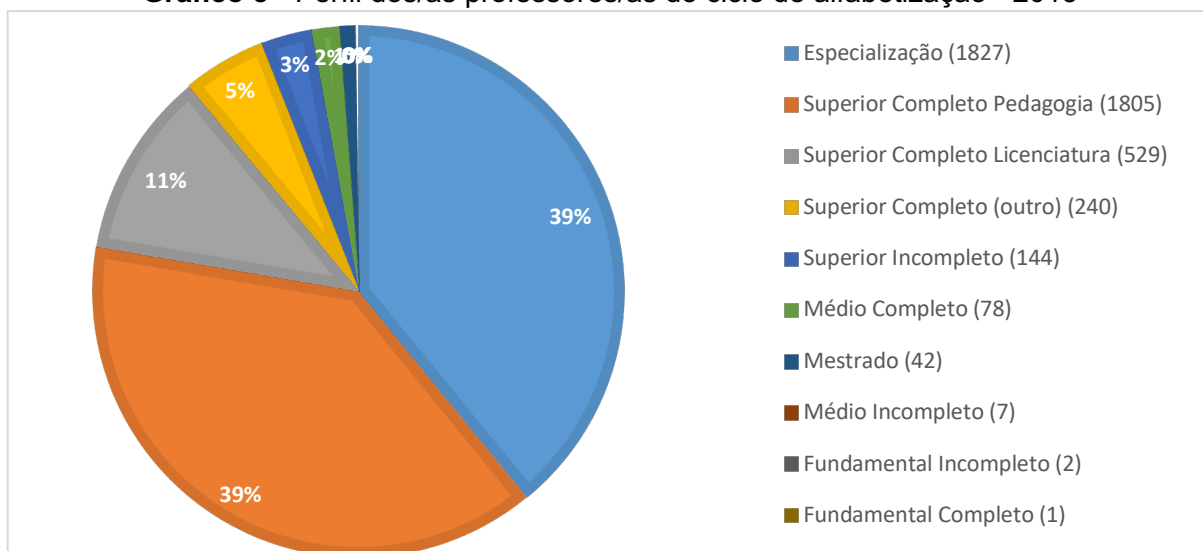


Fonte: Dados SIMEC/SISPACKTO – Organizados pelas pesquisadoras.

Observamos que a idade que prevalece no magidstério dos anos iniciais do EF ficou entre 30 a 50 anos, com um percentual considerável dos 50 a 60 anos (18% em 2013 e 20% em 2014). O que nos leva a perceber que os(as) docentes responsáveis com a alfabetização das crianças no MS tendem a ter uma história no processo de alfabetização, podemos levantar a hipótese que uma boa parcela já frequentou cursos de formação, como: Parâmetros em Ação, PROFA e Pró-Letramneto, que podem possuir vivências de como alfabetizar a partir dos métodos tradicionais e que resistem em suas práitcas, mas não podemos afirmar pois nossa pesquisa não alcançou tal contexto.

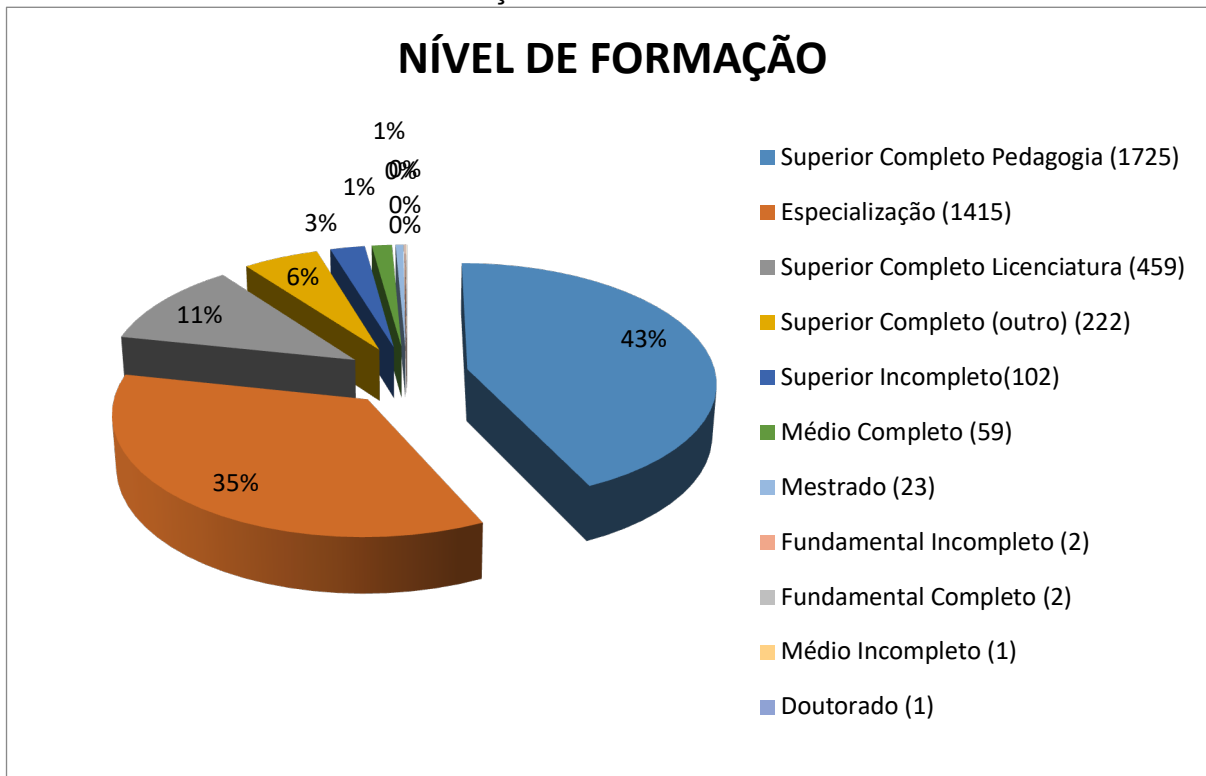
A formação dos(as) professores(as) alfabetizadores(as) foi um dado que nos chamou bastante atenção e nos debruçamos com um olhar mais cuidadoso.

**Gráfico 5 - Perfil dos/as professores/as do ciclo de alfabetização - 2013**



Fonte: Dados SISPACKTO – Organizados pelas pesquisadoras.

**Gráfico 6 - Situação de atendimento em MS - 2014**



Fonte: Dados SIMEC/SISPACTO – Organizados pelas pesquisadoras

Em 2013, tivemos esse quadro de perfil de professores/as alfabetizadores/as do ciclo de alfabetização no estado de Mato Grosso do Sul. Dos 4944 (quatro mil novecentos e quarenta e quatro), que preencheram informações sobre dados pessoais professores/as, 232 (duzentos e trinta e dois) professores/as atuavam sem formação (Superior incompleto, Médio Completo, Médio Incompleto, Fundamental Incompleto e Fundamental Completo) nas salas de alfabetização. Se analisarmos o número de professores/as com Superior Completo (Licenciatura e Outros), o que corresponde ao um total de 769 (setecentos e sessenta e nove), com uma diversidade de cursos, conforme abaixo:

**Quadro 9 – Formação dos/as professores/as do ciclo de alfabetização - 2013**

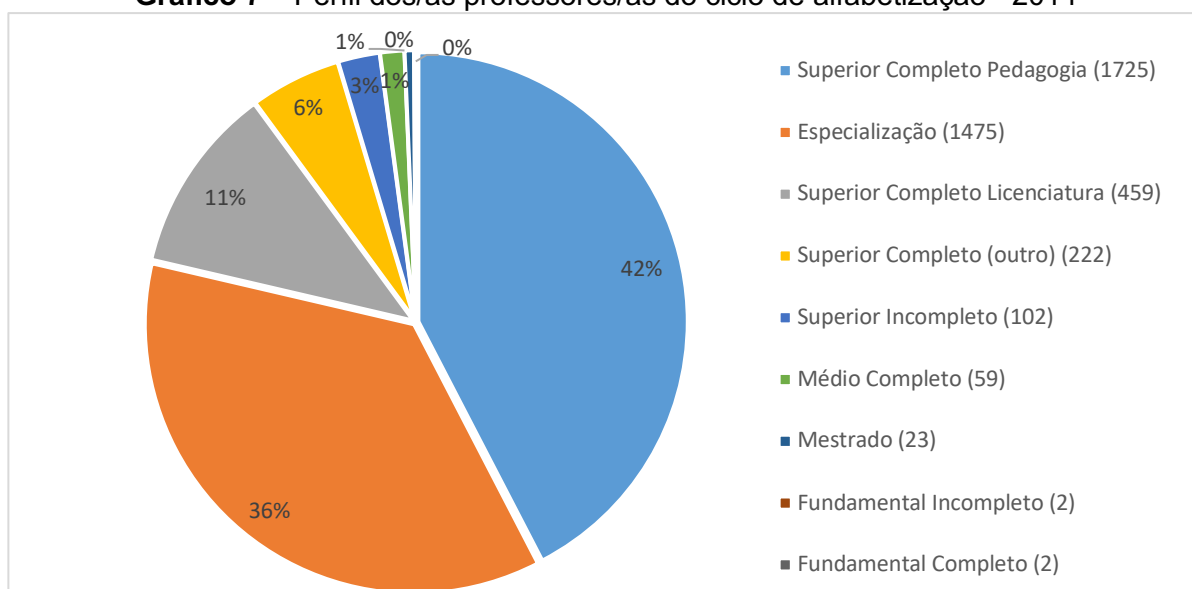
ÁREA DE FORMAÇÃO	TOTAL	%
Pedagogia – Licenciatura	3725	79.68
Outro Curso de Formação Superior – Licenciatura	186	3.98
Letras - Língua Portuguesa e Estrangeira - Licenciatura	182	3.89
Letras - Língua Portuguesa – Licenciatura	85	1.82
História – Licenciatura	57	1.22
Geografia – Licenciatura	53	1.13
Pedagogia (Ciências da Educação) – Bacharelado	50	1.07
Licenciatura Intercultural Indígena – Licenciatura	30	0.64
Matemática – Licenciatura	23	0.49
Ciências Biológicas – Licenciatura	22	0.47
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas – Licenciatura	20	0.43
Letras - Língua Estrangeira – Licenciatura	19	0.41
Ciências Sociais – Licenciatura	14	0.30

Artes Visuais – Licenciatura	10	0.21
Educação Física – Licenciatura	8	0.17
Outro Curso de Formação Superior – Bacharelado	7	0.15
Processos Escolares – Tecnológico	7	0.15
Ciências Naturais – Licenciatura	6	0.13
Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica – Licenciatura	6	0.13
Licenciatura Interdisciplinar em Artes (Educação Artística) – Licenciatura	6	0.13
Licenciatura Interdisciplinar em Educação no Campo – Licenciatura	5	0.11
História – Bacharelado	4	0.09
Educação Religiosa – Licenciatura	3	0.06
Ciências Biológicas – Bacharelado	3	0.06
Libras – Licenciatura	3	0.06

**Fonte:** Dados SISPACTO – Organizados pelas pesquisadoras.

Em 2014, dos 4619 (quatro mil seiscentos e dezenove) professores/as, 166 (cento e sessenta e seis) professores/as atuavam sem formação (Superior incompleto, Médio Completo), Fundamental Incompleto e Fundamental Completo) nas salas de alfabetização. Já o número de professores/as com Superior Completo (Licenciatura e Outros), o que corresponde ao um total de 681 (Seiscentos e oitenta e um), conforme podemos ver abaixo:

**Gráfico 7 – Perfil dos/as professores/as do ciclo de alfabetização - 2014**



**Fonte:** Dados SIMEC/SISPACTO – Organizados pelas pesquisadoras

Quando verificamos o quadro da área de formação detalhado, observamos uma diversidade de cursos de graduação esses/as professores/as possuem, conforme abaixo:

**Quadro 10 – Formação dos/as professores/as do ciclo de alfabetização – 2014**

ÁREA DE FORMAÇÃO	TOTAL	%
Pedagogia – Licenciatura	3292	82,07
Outro Curso de Formação Superior – Licenciatura	142	3,54
Letras - Língua Portuguesa e Estrangeira – Licenciatura	142	3,54
Letras - Língua Portuguesa – Licenciatura	78	1,94



História – Licenciatura	49	1,22
Geografia – Licenciatura	40	1
Pedagogia (Ciências da Educação) – Bacharelado	31	0,77
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas – Licenciatura	20	0,5
Matemática – Licenciatura	16	0,4
Ciências Biológicas – Licenciatura	16	0,4
Letras - Língua Estrangeira – Licenciatura	15	0,37
Licenciatura Intercultural Indígena – Licenciatura	10	0,25
Ciências Sociais – Licenciatura	7	0,17
Outro Curso de Formação Superior – Bacharelado	6	0,15
Educação Física – Licenciatura	5	0,12
Processos Escolares – Tecnológico	5	0,12
Libras – Licenciatura	5	0,12
Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica – Licenciatura	4	0,1
Licenciatura Interdisciplinar em Artes (Educação Artística) – Licenciatura	4	0,1
Artes Visuais – Licenciatura	4	0,1
Licenciatura Interdisciplinar em Educação no Campo – Licenciatura	3	0,07
Ciências Naturais – Licenciatura	3	0,07
Filosofia – Licenciatura	2	0,05
Música – Licenciatura	2	0,05
Letras - Língua Portuguesa e Estrangeira - Bacharelado	2	0,05
História – Bacharelado	2	0,05
Educação Religiosa - Licenciatura	2	0,05
Informática – Licenciatura	2	0,05
Ciências Biológicas - Bacharelado	2	0,05
Psicologia – Bacharelado	2	0,05
Ciências Sociais – Bacharelado	1	0,02
Outro Curso de Formação Superior - Tecnológico	1	0

Fonte: Dados SISPACTO – Organizados pelas pesquisadoras

Embora, a maioria dos/as professores/as atuantes no ciclo da alfabetização possuíam a formação em Pedagogia, em nossa pesquisa no ano de 2012 (BARBOSA, 2012), no qual analisamos as estruturas curriculares dos cursos de Pedagogia de Campo Grande, MS, verificamos em três universidades pesquisadas havia apenas uma disciplina com carga horária de 60 a 68 horas voltadas para as questões de alfabetização, leitura e escrita. As especificidades dos cursos são diferentes dentro da própria cidade, e como podemos notar há uma diversidade na formação de professores/as que estão no ciclo da alfabetização.

Podemos verificar a manutenção dos/as professores/as que possuem Ensino Médio Completo, incompleto, Ensino Fundamental completo e incompleto, além de outras formações atuando no ciclo da alfabetização, totalizando em 2013, 809 profissionais e em 2014 623, o número diminuiu, no entanto, pareceram outros cursos de graduação, como: Licenciaturas em Filosofia, Música, Informática, Bacharelado em Língua Portuguesa e Estrangeira, Psicologia, Ciências Sociais e Outro Curso de Formação Superior – Tecnológico que não foi especificado.



No entanto, podemos destacar que o número de professores/as com fundamental incompleto diminuiu, de 7 professores/as em 2013, passamos a ter 2.

Tal dado se fez importante, pois nos alerta da necessidade de uma formação específica para a área da alfabetização das crianças, para romper com práticas ainda, voltadas para o ensino tradicional com ênfase no símbolo escrito, na leitura em voz alta e restrito ao contexto da sala de aula, é um desafio para a formação continuada de professores/as alfabetizadores/as, uma vez que é engano pensar que se aprende alfabetizar alfabetizando, ou alfabetizar da maneira que fomos alfabetizados/as. O papel dos cursos de formação inicial e continuada é promover formação que possibilite ao/a professor/a atuar segundo estudos e pesquisas.

Precisamos acompanhar esses/as professores/as e superar as lacunas deixadas na formação inicial e garantir as crianças uma educação de qualidade, considerando as especificidades e singularidades da infância, de acordo com Silva e Flores (2015, p. 194):

É necessário superar o tempo em que as pessoas de boa vontade e com alguma instrução assumiam a (sic) docência. Essa é uma tarefa de quem escolhe ser professor ou professora, reconhecendo que essa formação/atualização se dá ao longo da vida, como responsabilidade das instituições formadoras e do poder público, tomando como partido a escola atual [...].

É preciso garantir um perfil de professor/a, não podemos admitir profissionais sem formação atuando com as crianças, esse trabalho não pode ser considerado uma missão ou um dom natural do ato de ensinar. A formação do/a pedagogo/a é complexa, este/a precisa entender as especificidades da infância e como as crianças se apropriam do bem cultural que é a escrita. No entanto, ainda existem lacunas deixadas pela formação inicial em relação ao contexto de atuação, que talvez a formação continuada não dê conta. E quando olhamos para o quadro de formação dos/as professores/as alfabetizadores/as temos a sensação que há muito trabalho pela frente, porque com a diversidade de formação, nos cursos superiores, a formação continuada ainda terá muito o que trabalhar.

## **Considerações Finais**

O PNAIC no estado de Mato Grosso do Sul cumpriu seu papel na formação de professores(as) alfabetizadores(as) entre os anos de 2013 a 2017, neste último ano, com a mudança de governo, pós golpe de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, a coordenação geral de formação passa para as secretárias de estado de educação e em alguns estados as universidades permanecem, mas no estado de MS tivemos a retirada da UFMS sem nenhum aviso por parte do governo estadual, apenas o aviso do MEC que não tínhamos mais o domínio dos sistemas e que a partir daquele momento não fazíamos mais parte do processo.

Realizamos nesses cinco anos o pacto que firmamos no início do programa: formação, gestão, acompanhamento e avaliação, podemos verificar com os dados apresentados que em Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil, a articulação, o diálogo e a parceria nos 79 municípios, via suas secretarias municipais de educação e a rede estadual de educação.

Acreditamos que a formação de professores (as), segundo Martins (2012, p. 454), é uma sólida formação de professores/as constitui “um instrumento de luta contra a alienação”. Nesse sentido, é imprescindível que os/as professores/as além dos conhecimentos específicos para o seu exercício profissional, conheçam as “[...] condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorrerá e que precisam ser transformadas.” (MARTINS, 2012, p. 455).

Assim, concebemos que a constituição do ser humano se dá nas relações que ele estabelece em seu contexto social e nas suas condições materiais de produção. É neste processo que o ser humano se diferencia dos outros animais, ou seja, através do trabalho, age e transforma a natureza, cria instrumentos para atender as suas necessidades transformando a natureza e a si próprio (DUARTE, 2000). Assim, pensar nesse indivíduo, é pensar em um ser concreto, síntese das relações sociais.

Martins (2012) aponta que a formação de professores/as nessa perspectiva deve compreender:

[...] a apropriação de conhecimentos historicamente acumulados, da cultura científica e teórico-técnica, condição preliminar para decodificação do real, para a interpretação dos fatos, para a superação das aparências, enfim, para a implementação da práxis (MARTINS, 2012, p. 461).

Isso torna importante, pois o trabalho docente é um compromisso que assumimos com a formação das crianças. Nesse sentido:

A alienação, por exemplo, do operário da indústria automobilística não compromete a qualidade do automóvel que ele contribui para construir, mas a alienação do trabalhador professor interfere na qualidade do produto de seu trabalho. O trabalho educativo pressupõe o homem frente a outro homem de quem não podem estar estranho (alienado), fundando-se numa relação que é por natureza interpessoal e mediada pelas apropriações e objetivações desses homens (MARTINS, 2012, p. 5).

Assim, as instituições tem um papel fundamental na formação de professores/as, de oferecer uma formação que não se resume a uma visão pragmática e prescritiva do trabalho docente, e que não obedeçam as ao capitalismo e as tendências pedagógicas que estão na moda educacional, mas que tomem uma consciencia crítica que oriente o trabalho docente para uma atenção constante ao processo de alienação que atinge toda a sociedade capitalista.

Dessa forma, quanto mais momentos de discussões e reflexões acontecerem, mais subsídios terão os/as professores/as em sua prática pedagógica para transformação e para a “[...] superação do desenvolvimento empírico em direção ao pensamento teórico” (MARTINS, 2012, p. 470).

Pensamos na formação de professores/as nesta perspectiva, pois assim como Souza (2014, p. 263), “Desejamos para nossas crianças uma educação que as tornem cidadãs, detentoras de direitos, que produzam cultura que permeiam sua vida e sejam por ela produzidas [...]”

A criança é um sujeito sócio, histórico, cultural, capaz, sujeito de direitos e não uma folha em branco, um adulto em miniatura, em que o/a professor/a deve preencher com conteúdo que fazem parte do mundo dos adultos e que, principalmente, foram apenas pensados por adultos.

Apresentado esse contexto e a urgência na discussão da formação inicial de professores/as, no próximo tópico discutimos a formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, diante desse perfil, o que ele propõe para a com a cultura escrita e as estratégias formativas para o trabalho com a criança pequena do primeiro ano do Ensino Fundamental.

## Referências

- BARBOSA, A. C. *O letramento na formação de professor/a da primeira infância: (re) pensando o curso de pedagogia*. Trabalho de conclusão de curso. Campo Grande: UFMS, 2012
- BARBOSA, A. C. (SOUZA, R. A. M. de orientadora). *O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e a criança de cinco anos no ensino fundamental: a cultura escrita e seus (des) propósitos para a infância*. (dissertação de mestrado). Campo Grande: UFMS, 2016.
- BRASIL. *Decreto nº 6.094*, de 24 de abril de 2007.
- BRASIL. *Lei nº 11.273*, de 6 de fevereiro de 2006
- BRASIL. *Portaria Nº 867*, de 4 de julho de 2012a.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional*. Brasília: MEC, SEB, 2012b.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Lei. 13.005 de 25 de junho de 2014.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional*. Brasília: MEC, SEB, 2015.
- DUARTE, N. *Vigotski e o “Aprender a aprender”*: Crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas SP: Autores Associados, 2000.





GONTIJO, C. M. M. *Alfabetização: políticas mundiais e movimentos nacionais*. Campinas: Autores Associados, 2014.

MARTINS, L. M. Formação de professores: desafios contemporâneos e alternativas necessárias. MENDONÇA, S. G. de L. M.; MILLER, E. *Marx, Gramsci e Vigotski*. 2 ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2012.

SILVA, M. B. G. da; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. Articulações e tensões entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental: análises a partir do contexto recente das políticas educacionais brasileiras. *Políticas Educativas*, Porto Alegre, v. 5, n.2, p. 92-113, 2012 – ISSN: 1982-3207.

SOUZA, R. A. M. de. Entre vidas e Marias... Maria das Dores, José, Aparecida ou simplesmente “Vida Maria”: a apropriação da cultura escrita pela criança pequena. In XAVIER. Filha, Constantina (Org.). *Sexualidades, Gênero e Infâncias no cinema*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014, p. 255 – 273.